DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA. 20 DE JUNHO DE 2012

QUARTA-FEIRA - PÁGINA 21

que o erro decorrente do cadastro do protocolo do pedido de impugnação, o mesmo foi corrigido no momento da reunião pela Sra. Clélia Monasterio. Acrescenta a Sra. Clélia Monasterio que deverá ser mantido contato com o Sr. Nirez para saber se existem mais plantas da Farmácia Oswaldo Cruz a serem disponibilizadas para que se possa demarcar os limites do tombamento, acolhendo sugestão proferida pelo Conselheiro Augusto Paiva (IAB). Antônio Osmídio (PGM) questiona se trata-se de votação para o tombamento da farmácia ou relativo à impugnação. A Sra. Clélia Monastério esclarece que o assunto em discussão é o parecer ao pedido de impugnação apresentado pela proprietária do imóvel. Aberta a votação, ficou decidido, por unanimidade, que o pedido de impugnação do processo de tombamento da Farmácia fora negado pelo COMPHIC. Oswaldo Cruz Conselheiros presentes votaram contra a impugnação, ou seja, votaram pela manutenção do Processo de Tombamento da Farmácia Oswaldo Cruz. A Conselheira Clélia Lustosa (IC) questiona o prazo para tombamento do imóvel e a Sra. Clélia Monastério esclarece que na próxima reunião em Janeiro de 2012 será discutido o tombamento, podendo haver a decisão final. Após a votação, às 09:50h, foi embora o advogado Dr. Marcelo Mota e os jornalistas presentes saem da sala. Passase à leitura do item 2 da pauta. O Conselheiro Romeu Duarte (UFC) faz a leitura do parecer elaborado pelo mesmo quanto ao Pedido de Impugnação do Maguary Sport Club apresentado pela parte interessada FAELCE. Após a leitura do parecer, a Conselheira Clélia Lustosa (IC) afirma que o assunto já foi totalmente discutido. Aberta a votação quanto ao parecer do COMPHIC relativo ao Pedido de Impugnação do Tombamento do Maguary Sport Club, todos os conselheiros presentes votaram a favor do parecer apresentado pelo Conselheiro Romeu Duarte (UFC), ou seja, também pela manutenção do Processo de Tombamento do Maguary Sport Club. O Autor do Pedido de Tombamento do Maguary Sport Club, Sr. Aguiar Júnior, pede a palavra e informa que há um limite no imóvel demarcado por um muro que a FAELCE pretende vender para uma faculdade. Acrescenta que através da CMF pediram a "sustação" do desmembramento dessa parte do terreno. Ademais, solicita o Sr. Aguiar Júnior que seja incluída no parecer do COMPHIC a parte lateral do terreno, a qual não foi abordada no mesmo. O Conselheiro Romeu Duarte (UFC) fala que visitou o Maguary Sport Club e nesta visita verificou que a edificação constante na lateral do imóvel é uma construção posterior, ou seja, não pertencente à arquitetura original. Portanto, não há justificativa para ser incluída no processo de tombamento. O Conselheiro Francisco Otávio (SECULT) esclarece ao Sr. Aguiar Júnior o procedimento de tombamento de um imóvel. O Sr. Aguiar Júnior questiona mais uma vez acerca das edificações existentes no imóvel e o Conselheiro Romeu Duarte (ÚFC) esclarece que o tombamento em discussão refere-se ao imóvel original (o prédio em formato de "u", incluindo o pátio central). O Conselheiro Francisco Veloso (IPHAN) fala que, após o fechamento do Maguary Sport Club, a piscina e as quadras foram aterradas, havendo construções a posteriores. A Sra. Clélia Monastério fala que na próxima reunião do COMPHIC será lido o parecer definitivo do COMPHIC a favor ou não do tombamento do Maguary Sport Club, e informa que os pareceres votados deverão ser publicados. Inicia-se a coleta de assinaturas dos Conselheiros presentes à reunião. O Conselheiro Francisco Otávio (SECULT) informa que foram colocados tapumes na Chácara Flora. A Sra. Clélia Monastério esclarece que o imóvel Chácara Flora foi vendido e informa que foram enviados ofícios para Regional responsável e para a SEMAM, solicitando informações acerca desse caso. Clélia informa ainda que as referidas secretarias fiscalizaram o bem, emitindo inclusive parecer informando da não existência de demolição. Antes de concluir a reunião, a Sra. Clélia Monastério agradece a efetiva participação e empenho dos conselheiros durante o ano de 2011 e, deseja a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. Concluídos os trabalhos, a 1ª Reunião Extraordinária do COMPHIC foi considerada encerrada com os devidos encaminhamentos e resoluções abaixo listadas.

RESOLUÇÕES:

- 1- Aprovação do Parecer do COMPHIC contra o Pedido de Impugnação da Farmácia Oswaldo Cruz.
- 2- Aprovação do Parecer do COMPHIC contra o Pedido de Impugnação do Maguary Sport Club.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Publicação dos Pareceres do COMPHIC contra os pedidos de impugnação da Farmácia Oswaldo Cruz e do Maguary Sport Club.
- 2- Manter contato com o Sr. Nirez para saber se existem mais plantas da Farmácia Oswaldo Cruz.

Eu, Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério, Secretária do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Cultural, exercendo nesta reunião, a direção dos trabalhos do COMPHIC, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (CPHC-SECULTFOR) - Clélia Maria Coutinho Monastério. INSTITÚTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) - Francisco Augusto Sales Veloso (Suplente). UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC) - Romeu Duarte Júnior (Suplente). INSTITUTO DO CEARÁ (IC) - Maria Clélia Lustosa Costa (Suplente). ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – NÚCLEO DO CEARÁ (ANPUH-CE) - Alênio Carlos Noronha de Alencar (Suplente). INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - Augusto César Chagas Paiva. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM) -Antonio Osmídio Alencar. SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA (SETFOR) - Helena da Cunha Correia Lima (Suplente). SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ (SETUR) - Maria do Socorro Araújo Câmara (Suplente). SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SECULT) - Francisco Otávio de Menezes. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO - SEMAM - Delson Barros de Alencar.

*** *** ***

ATA DA 24ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL (COMPHIC). Às nove horas do dia nove de novembro de dois mil e dez, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 24ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: André Aguiar Nogueira, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) e secretário do COMPHIC de acordo com a Lei nº 9.347/2008, a Secretária de Cultura de Fortaleza Fátima Mesquita e a Ivone Cordeiro (UFC); conselheira Helena da Cunha Lima, representante da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR) Maria do Socorro Lima, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM); Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Alênio Carlos Noronha, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH); Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto do Ceará (IC); Eudes André Leopoldo de Souza, representante da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB); Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Ivanildo Soares da Silva, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Justificaram ausência os conselheiros: Antônio Edmar Carvalho Leite, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Ceará (OAB-CE) Ivone Cordeiro Barbosa, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC); Ilná Diógenes, representante da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). Esti-

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 20 DE JUNHO DE 2012

QUARTA-FEIRA - PÁGINA 22

veram ausentes os Conselheiros: Ronivaldo Maia representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF); Sílvia Márcia Alves Siqueira, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Francisco José Santos, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR). Também estiveram presentes: Francisco Augusto Sales Veloso, arquiteto (IPHAN); Raimunda Rodrigues Maciel Lima e Raimundo Gomes Margues, historiadores (SECULTFOR/CPHC). A reunião se inicia com a Secretária de Cultura e presidente do COMPHIC Fátima Mesquita, apresentando a leitura das pautas a serem discutidas: 1. Demanda da Sociedade Amigos de Jacarecanga 2. Projeto do Seminário sobre Paisagem Cultural 3. Escolha dos representantes do COMPHIC no Conselho Municipal de Cultura 4. Informes. A Presidente explica que a pauta dois será adiada já que os conselheiros Ivone Cordeiro e Romeu Duarte não puderam comparecer a esta reunião e justificaram as suas ausências. André Aguiar, coordenador da CPHC pede a palavra para fazer o esclarecimento sobre a importância da escolha dos representantes do COMPHIC junto ao Conselho Municipal de Cultura. Explica que Fortaleza precisa elaborar o seu Plano Municipal bem como o seu Fundo de Cultura para se adequar. A Presidente Fátima Mesquita explica que seria mais adequado que os representantes escolhidos ainda não estivessem na composição do Conselho de Cultura, portanto, a escolha ficaria entre o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH) e Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB). O Conselheiro Eudes André Leopoldo de Souza, representante da AGB lembra que já representa o COMPHIC no Conselho do Orçamento Participativo. A Presidente Fátima Mesquita indaga se poderemos então oficializar o IAB e a ANPUH e a resposta é positiva. A Conselheira Clélia Lustosa comenta que são muitas secretarias. Ao que a Presidente Fátima Mesquita explica que o Conselho é paritário. A Conselheira Clélia Lustosa afirma que cria-se muitos conselhos e como administrar a participação neles é uma questão muito importante. A Presidente Fátima Mesquita esclarece que a gestão participativa é uma deliberação da constituição de 1988. O Coordenador André Aguiar afirma que a participação é uma demanda real e, que para alguns, envolve uma polêmica que é a questão de remunerar conselheiros, ou não. A Presidente Fátima Mesquita declara o quanto é importante que os representantes do poder público participem O Conselheiro Augusto Paiva afirma achar estranho não ter ainda nenhum arquiteto. A Presidente Fátima Mesquita defende que a nossa sociedade ainda está aprendendo, assim como o COMPHIC, e que um dia vai ser normal para todo mundo essa participação nos conselhos, que será uma prática cotidiana. O Coordenador André Aguiar lê as atribuições do Conselho Municipal de Cultura. A Presidente Fátima Mesquita esclarece que foram tomados cuidados para que não aja choques de calendário entre os dois conselhos e aclama os escolhidos para representar o COMPHIC junto ao Conselho Municipal de Cultura: os conselheiros Augusto Paiva como titular e Alênio Noronha, como suplente. O Coordenador André Aguiar inicia a discussão sobre a demanda da Sociedade Amigos de Jacarecanga lembrando que já tivemos uma reunião na Escola de Artes e Ofícios, onde esse bairro foi pauta, e se o COMPHIC poderia fazer alguma coisa com relação ao Edifício Cidade pois ele querem barrar essa obra. O Coordenador conta que a CPHC tem desejo de conhecer e discutir o conceito de paisagem cultural para os bairros de Jacarecanga e Benfica. A Conselheira Clélia Lustosa afirma que o programa habitacional Minha Casa Minha Vida traz vários condomínios que vão transformar a cidade e também deve trazer muitos problemas. O arquiteto Francisco Veloso (IPHAN) diz que esse é um problema recorrente em Fortaleza já que temos um traçado urbano que não comporta edifícios dessa natureza, mas apesar disso, hoje as edificações são muito altas e o Edifício Cidade é quase conceitual. A Conselheira Helena Lima lembra que é preciso consultar o Plano Diretor de Fortaleza. O Conselheiro Augusto Paiva esclarece que não é só ver o Plano Diretor, mas também por ser uma área bastante adensada. O arquiteto Francisco Veloso (IPHAN) afirma que passou ao largo a questão do urbanismo.

O Conselheiro Augusto Paiva diz que tem sérias críticas ao Plano Diretor e seria o momento de recomeçá-lo porque só agora estão surgindo fatos que não existiam em sua criação. A Conselheira Clélia Lustosa lembra que é preciso ver também a Lei de Uso e Ocupação do Solo. A Conselheira Socorro Lima afirma que no projeto da lei anterior o edifício poderia ser construído. O arquiteto Francisco Veloso (IPHAN) faz mea culpa pois faz parte do IPHAN e esse confronto é fregüente sendo urgente que possamos ser mais maduros e mais claros, pois não somos o terror. Devemos deixar claro aos cidadãos que eles podem fazer tudo, dentro da lei, bastando que digam o que pretendem em um projeto. A Presidente Fátima Mesquita lembra que o que o COMPHIC pode fazer depende da mobilização da Sociedade dos Moradores de Jacarecanga já que as leis são o produto de correlação de forças sociais. Esclarece que tomou iniciativa juntamente com o coordenador André Aguiar de assumir a regulamentação das Zonas Especiais de Patrimônio Histórico (ZEPHs). A Presidente fala sobre uma terceira questão que é o Mapeamento Cultural dentro do PACH o que deverá ser agilizado no Centro da cidade, durante os próximos seis meses. Por fim, diz ser preciso que se pense um seminário sobre gestão e patrimônio no aniversário da cidade. Pois acredita que o nosso Plano de Ação deve ser o PACH e todos os conselheiros se debruçariam sobre isso em diferentes grupos. Solicita que seja encaminhada a próxima reunião com convidados, em dezembro, aberta no Clube Náutico. O Conselheiro Ivanildo da Silva diz que nasceu em Natal e, como, engenheiro é preciso reconhecer as características de cada uma das zonas especiais, pois, algumas das comunidades não suportam a zona de proteção já que existe limitação de uso e, do ponto de vista do urbanismo, tem que se levar em conta a expansão. O Conselheiro Augusto Paiva solicita, mais uma vez, que seja colocado um quadro branco durante as reuniões. Ao que a secretaria do COMPHIC responde que isso já foi providenciado. O Conselheiro Ivanildo da Silva afirma que os escritórios do IPHAN e SEMAM precisam organizar pareceres afim de que as zonas protegidas possam ganhar esse status e usá-lo como fator de desenvolvimento. O Conselheiro Euler Sobreira explica que também é preciso ver a percepção da sociedade sobre essas áreas, como o caso da estação da Parangaba, sendo uma questão bastante complexa para avaliarmos sem bases seguras. A Conselheira Clélia Lustosa esclarece que o Projeto Observatório das Cidades tem pesquisado sobre os vários planos de moradia como os do Minha Casa, Minha Vida que são implantados em áreas de vazio, sem nenhuma infra estrutura tornando a cidade um caos. Portanto, é preciso mapear para não ficar só "apagando incêndios". A Conselheira Socorro Lima cita também além da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM) a Secretaria de Infra estrutura (SEINF). A Conselheira Clélia Lustosa indaga se será possível mapear constantemente o que está sendo feito em torno do patrimônio. O Conselheiro Osmídio Alencar afirma que a prefeitura existe e atua em suas competências. O Conselheiro Augusto Paiva cita, por exemplo, a pauta da Sociedade Amigos de Jacarecanga que poderia partir dessa que é uma demanda concreta. Ainda reforça que, em sua opinião, o Edifício Cidade é só mais um e surgirão outros que também devem estar de acordo com as leis. Finaliza perguntando se a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) tem condições para fazer isso sozinha, sem o auxílio da SEMAM, afirmando que é necessário criar consciência crítica e maturidade para aplicar o Plano Diretor, inclusive, para outras áreas. A Presidente Fátima Mesquita lembra que é necessário que a Sociedade Amigos de Jacarecanga formalize o seu pedido junto a CPHC /SECULTFOR. O Coordenador André Aguiar lembra que algumas questões relacionadas às ZEPHs devem ser ligadas a sua regulamentação e essa ação deve ser articulada com a Secretaria de Planejamento (SEPLA). São enumeradas as propostas: Na primeira proposta a presidente Fátima Mesquita solicita que sejam feitos os contatos com a presidência do Náutico a fim de que se possa fazer a reunião no próprio clube quando se entregaria um documento de tombamento do bem tombado, nesta última reunião do ano também se faria o

balanço das atividades da CPHC. Na segunda proposta o conselheiro Osmídio Alencar lembra que é necessário a formalização do processo pela Sociedade Amigos de Jacarecanga e, por fim, o conselheiro Augusto Paiva propõe se discutir o Plano Diretor e a regulamentação das ZEPHs a partir do caso de Jacarecanga. O Conselheiro Alênio Noronha diz que a sua preocupação é com a forma concreta do trabalho, pois para ele, o ideal seria formar grupos com funções específicas. A Presidente Fátima Mesquita concorda com a formação de Grupos de Trabalho específicos como, por exemplo, um deles apresentaria o Planejamento/PACH na próxima reunião. Outro grupo ficaria com a discussão do Plano Diretor de Fortaleza e um terceiro estudaria o Seminário Aniversário de Fortaleza. Para finalizar sua fala diz aos que estão chegando que são muito bem vindos. Osmídio lugares de gestão compartilhada está acontecendo mas que trabalho nós vamos fazer contemporânea. Como fazer bonito hoje para preservar. Esse conselho não tem tanta força quanto o conselho da SEMAM e mesmo assim nossas marcas ficam na cidade. O Conselheiro Euler Sobreira reforça a proposta da reunião festiva no Clube Náutico onde se entregariam os diplomas dos bens tombados aos seus proprietários A Presidente Fátima Mesquita informa que a presidência do Náutico quer reverter o processo de tombamento. A Conselheira Clélia Lustosa diz que estão em obras, na parte de baixo, para aluguel de pequenos comércios. A Conselheira Helena Lima afirma que se o tombamento restringe muito o uso o mesmo se torna insustentável para os proprietários. A Presidente Fátima Mesquita lembra que devemos restrições somente naquela que é a parte mais significativa. Esclarece que o presidente do Clube aceitou o convite do COMPHIC e foi esclarecido que o ato de tombar não é para imobilizar a vida e, apesar da ação no Ministério Público foi mandado um ofício e se resolveu a situação, mas depois veio a SEMAM com a proibição das placas de publicidade e reacendeu a discussão. O Coordenador André Aguiar explica que conversou com o presidente do Náutico e que a retirada das placas de publicidade tira da receita mensal do clube cerca de R\$15.000,00. O Conselheiro Augusto Paiva afirma que é necessário explicar aos proprietários que ao se tombar um imóvel só precisa apresentar o projeto do que se pretende fazer, para que a CPHC analise. A Conselheira Clélia Lustosa lembra que é sócia fundadora do COEMA e que existem os efeitos indiretos nas ações de proteção. Cita o exemplo da APA do Rio Pacoti onde hoje existem loteamentos enormes, pois houve uma grande valorização da área, ou, como noutro caso de despoluir o Rio Maranguapinho e jogar o esgoto na periferia, ou. ainda as obras da Copa de 2014 confrontadas com o Plano Diretor. Ela acredita que nem sempre a PMF vai conseguir, pois é difícil, mas considera um avanço ser participativo. Afirma que é defensora do trabalho dos técnicos e o que é necessário é planejar como articular as diversas forças. O Conselheiro Augusto Paiva explica que o que pensa sobre a questão conseguiu colocar em sua dissertação de mestrado que foi sobre a região das Goiabeiras, na Barra do Ceará. ENCAMINHAMENTOS: *Próxima reunião para entrega de certificado de tombamento, festiva, aberta, com convidados, em dezembro, no Clube Náutico. *O Conselheiro Augusto solicita, mais uma vez, um quadro branco. Concluídos os trabalhos, a reunião foi considerada encerrada e eu, André Aguiar Nogueira, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada. COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL SECRETARIA DE CULTURA DE (CPHC-SECULTFOR) André **Aguiar** Nogueira. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR) - Maria de Fátima Mesquita da Silva. SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA (SETFOR) -Helena da Cunha Lima. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM) -Antonio Osmídio Alencar. DOS **ASSOCIAÇÃO** NACIONAL **PROFESSORES** UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (ANPUH) - Alênio Carlos Noronha de Alencar. INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - Augusto César Chagas Paiva. SECRETARIA

DO MEIO AMBIENTE (SEMAM) - Maria do Socorro Lima. INSTITUTO DO CEARÁ (IC) - Maria Clélia Lustosa Costa. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL (AGB) - Eudes André Leopoldo de Souza. UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR) - Euler Sobreira Muniz. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) - Ivanildo Soares da Silva.

ATA DA 25ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNI-CIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL - (COMPHIC). Às nove horas do dia oito de fevereiro de dois mil e onze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 25ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: André Aguiar Nogueira, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). secretário do COMPHIC de acordo com a Lei nº 9.347/2008; o Secretária Executivo de Cultura de Fortaleza Francisco Márcio Caetano e os conselheiros Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Helena da Cunha Lima, representante da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR) Maria do Socorro Lima, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM); Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Justificaram ausência os conselheiros: Ivone Cordeiro Barbosa, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC); Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto do Ceará (IC). Estiveram ausentes os Conse-Iheiros: Ronivaldo Maia representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF); Francisco Veloso, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Sílvia Márcia Alves Sigueira, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Francisco José Santos, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR); Antonio Gilberto Ramos Nogueira, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH); Alexandre Sabino do Nascimento, representante da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB); Antônio Edmar Carvalho Leite, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Ceará (OAB-CE); Ilná Diógenes, representante da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). Estiveram presentes os representantes das regionais: José Ivan Henrique de Souza e Fernando Arruda (SER I); Ana Cláudia Reis Aragão (SER II); Carlos Quezado (SER III); Ademar da Silva Rodrigues (SER IV); Alferes José Casimiro Duarte (SER V); Marcelo Campos Peixoto (SER VI). Clélia Monastério, arquiteta, Raimunda Rodrigues Maciel Lima e Raimundo Gomes Margues, historiadoos estagiários Felipe Barreira e Joana Guedes (SECULTFOR/CPHC). Também estiveram presentes Cláudio Roberto de Sousa Mota e Moysés Rodrigues da Sociedade dos Amigos de Jacarecanga. A reunião se inicia com o Secretário Executivo de Cultura Márcio Caetano fazendo a leitura das pautas a serem discutidas: 1. Informes. 2. Responsabilidade das Secretarias Executivas Regionais (SER's) na preservação do Patrimônio Histórico. 3. Votação do Parecer sobre o Processo de Tombamento Nº. 21/06 IMPARH. 4. Demanda Sociedade Amigos de Jacarecanga/Regulamentação das ZEPHs/Plano Diretor. 5. Apresentação da Minuta do Projeto do Seminário sobre Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Desenvolvimento Urbano/Paisagem Cultural. Márcio Caetano explica que a pauta de número dois será adiada já que os conselheiros Ivone Cordeiro e Romeu Duarte não puderam comparecer a esta reunião e justificaram as suas ausências. André Aguiar, coordenador da CPHC pede a palavra para também fazer o esclarecimento sobre a importância da presença dos representantes das Secretarias Executivas Regionais (SERs) em nossa reunião mensal. Lamenta que a Secretária da Executiva Regional do Centro, Luiza Perdigão, infelizmente, não pôde se fazer presente a reunião, mas, lembra que há uma interação constante entre a CPHC e a SERCEFOR para combater as